

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.879 - MG (2019/0250184-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : CAETE SISTEMA DE COMUNICACAO LIMITADA
AGRAVANTE : RADIO BELO HORIZONTE LTDA
AGRAVANTE : RÁDIO TIRADENTES LTDA
ADVOGADOS : LEANDRO LAMUSSI CAMPOS - SP287544
THAÍSSA NUNES DE LEMOS SILVA - RJ176186
MAURO VITOR BOCONCELLO SIMÕES - SP378241
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Caete Sistema de Comunicação Ltda. e outras**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 1114):

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VERBAS SALARIAIS: EXIGIBILIDADE.

1. Incide a contribuição previdenciária sobre as seguintes verbas, considerando sua natureza salarial:

- horas extras e respectivo adicional - REsp 1.358.281/SP, representativo da controvérsia, r. Ministro Herman Benjamin, 1ª Seção do STJ em 23.04.2014); e*
- férias gozadas - AgRg nos EAREsp 138.628/AC, r. Ministro Sérgio Kukina, 1ª Seção do STJ em 13.08.2014;*
- descanso semanal remunerado - AgRg no REsp 1.438.065/RS, r. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª Turma do STJ em 22.09.2015.*

2. Apelação da impetrante desprovida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1191/1195).

Nas razões de recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 11, 489, §1º, I, e 1022, II, do CPC/2015; 22, I, da Lei 8.212/91. Sustenta, dentre outros, que não deve prevalecer o entendimento do acórdão recorrido, a saber, o de que " *os valores pagos a título de hora extra e seus adicionais, descanso semanal remunerado e férias gozadas deveriam integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária*" (fl. 1216), tendo em vista que tais verbas não são remuneratórias (fl. 1218).

Contrarrazões às fls. 1281/1293.

É O BREVE RELATO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Quanto à matéria de fundo, qual seja, o alcance da expressão "folha de salários", para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações, ressalta-se a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no **RE 565160 RG/SC - Tema 20**, julgado que recebeu a seguinte ementa:

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - REMUNERAÇÃO - PARCELAS DIVERSAS - SINTONIA COM O DISPOSTO NO INCISO I DO ARTIGO 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DEFINIÇÃO - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA. Surge com envergadura maior questionamento sobre o alcance da expressão “folha de salários” versada no artigo 195, inciso I, da Carta da República, considerado o instituto abrangente da remuneração.

Em recursos versando sobre temas afetados à repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem a fim de que aguardem o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE) INCIDENTES SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR. LEIS 10.168/2000 E 10.332/2001. AFETAÇÃO SUPERVENIENTE DO TEMA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.

1. No âmbito do Plenário Virtual, o Supremo Tribunal Federal decidiu por maioria afetar a presente controvérsia à sistemática da repercussão geral em momento posterior ao julgamento do acórdão recorrido. Tema 914: RE-RG 928.943, de relatoria do Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 13.09.2016.

2. Em decorrência de fato jurídico superveniente, a sistemática de precedentes obrigatórios impõe a devolução ao Tribunal de origem dos presentes autos para que o feito seja sobrestado até a definição do mérito do Tema. 3. Embargos de declaração providos, para fins de infirmar a cadeia processual construída em sede extraordinária no presente processo e determinar a devolução dos autos à origem, nos termos dos arts. 1.036 do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/15 e 328 do RISTF.

(ARE 934095 AgR-ED-ED, Relator(a): Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA – PROCESSO VERSANDO A MATÉRIA – SOBRESTAMENTO – MANUTENÇÃO. O tema atinente à constitucionalidade da cobrança de contribuições sociais em face das atividades das cooperativas em geral, tendo em conta a distinção entre “ato cooperativo típico” e “ato cooperativo atípico”, teve repercussão geral admitida pelo denominado Plenário Virtual no Recurso Extraordinário nº 672.215/CE, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. A matéria de fundo, tanto no mencionado recurso como neste extraordinário, diz respeito à definição da incidência ou não desses tributos sobre as receitas decorrentes de tais atos. Impõe-se aguardar o julgamento do mérito do paradigma, considerados o regime da repercussão geral, presentes os processos múltiplos, e a possibilidade de revisão do entendimento.

(RE 594695 AgR-AgR, Relator(a): Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/5/2015).

Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Legitimidade da cobrança de PIS e COFINS, tendo por fato gerador a locação de bens imóveis. Matéria constitucional. Repercussão geral reconhecida. RE-RG 599.658. 3. Embargos de declaração acolhidos para determinar a devolução à origem com base no disposto no art. 543-B do CPC.

(RE 543799 AgR-ED, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 3/8/2015).

Ocorre que recentemente foi publicado acórdão de mérito no julgamento do mencionado **RE 565.160 RG/SC**, cuja ementa assim dispõe:

CONTRIBUIÇÃO – SEGURIDADE SOCIAL – EMPREGADOR. A contribuição social a cargo do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, a qualquer título, quer anteriores, quer posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998 – inteligência dos artigos 195, inciso I, e 201, § 11, da Constituição Federal. (RE 565160, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 29/03/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-186 DIVULG 22-08-2017 PUBLIC 23-08-2017)

Superior Tribunal de Justiça

Assim, ultimada a resolução da controvérsia em repercussão geral, denotando a primazia do viés constitucional do tema em debate, caso não é de enfrentá-lo na seara do recurso especial ou do agravo dele decorrente (AREsp).

ANTE O EXPOSTO, determino o retorno dos autos, com a respectiva baixa, ao ilustrado Tribunal de origem, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, frente ao que decidido pela Excelsa Corte.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator